

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

5 a 8 SETEMBRO 2024

Presencial | Campus da FACAMP



GUIA DE
PESQUISA 



GUIA DE PESQUISA

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

CRIANÇAS E CONFLITOS ARMADOS NO TERRITÓRIO PALESTINO OCUPADO

Autores

Gabriel Vicentini	Marina Vendramini
Henrique Giordano	Mirella Boaventura
Ian Miola	Otávio Moraes
João Paulo Torezan	Samuel Ferreira
Kaiani Angelim	Tainá Corrêa
Leticia Toledo	Thaís Oliveira
Mariana Lazaretti	Vitória Bugi
Mariana Nunes	Vitória Camargo
Marielly de Moraes	Yasmin Alves

Orientadoras

Professora Roberta Silva Machado
Professora Rúbia Marcussi Pontes





ÍNDICE

PREFÁCIO _____	4
INTRODUÇÃO _____	6
REFERÊNCIAS DA ONU _____	23
Relatórios do Secretário-Geral _____	23
Resoluções _____	25
Outras publicações _____	26
Sites oficiais _____	27
RECURSOS EXTRAS _____	29
BASES DE DADOS _____	32
POSIÇÃO OFICIAL DOS ESTADOS MEMBROS _____	34
Membros permanentes _____	34
China _____	34
França _____	35
Federação Russa _____	35
Reino Unido _____	36
Estados Unidos _____	37
Membros Eleitos _____	38
Argélia _____	38
Equador _____	38
Guiana _____	39
Japão _____	40
Malta _____	40
Moçambique _____	41
Coreia do Sul _____	42
Serra Leoa _____	42
Eslovênia _____	43
Suíça _____	43
Membros observadores _____	44
Palestina _____	44
África do Sul _____	43
Brasil _____	44
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) _____	44
Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) _____	45
Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) _____	46
Referências _____	47





PREFÁCIO

Prezados(as) Delegados(as),

Gostaríamos de começar esta mensagem agradecendo a sua participação na 11ª edição do Modelo das Nações Unidas da FACAMP (FAMUN) e na simulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

O Secretariado do CSNU do FAMUN 2024 elaborou este Guia de Pesquisa para ajudar os(as) delegados(as) a se prepararem para as sessões de simulação com recursos úteis sobre o mandato do CSNU e a discussão sobre crianças e conflitos armados. Além disso, na nossa simulação, focaremos em Crianças e Conflitos Armados no Território Palestino Ocupado, que inclui a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

O Conselho de Segurança da ONU adotou a sua primeira resolução sobre Crianças e Conflitos Armados em 1999, reconhecendo os graves e numerosos efeitos que os conflitos armados têm nas crianças. A fim de informar os(as) delegados(as) do CSNU sobre este tema, a Introdução deste Guia abordará as seis graves violações cometidas contra crianças pelas partes em conflito: assassinato e mutilação, recrutamento e utilização de crianças como soldados, violência sexual, rapto, ataques contra escolas e hospitais e bloqueio de acesso humanitário. A Introdução também abordará as violações cometidas contra crianças no Território Palestino Ocupado, com destaque para a destruição de infraestrutura civil, a interrupção do direito à educação, a fome e a insegurança alimentar.

Além disso, este Guia de Pesquisa traz documentos essenciais das Nações Unidas e recursos adicionais, bem como os pontos de vista dos Estados-Membros e dos Observadores do CSNU sobre o tema, a fim de promover debates produtivos e visar uma resolução unânime, que proteja os direitos das crianças e acabe com as graves violações cometidas contra elas no Território Palestino Ocupado.

Por fim, ao participar do FAMUN 2024, você desenvolverá importantes competências de negociação, comunicação e persuasão. O FAMUN também é um espaço para conhecer novas pessoas e construir amizades com outros(as) delegados(as), em um esforço para ir além das diferenças e chegar





ao consenso através do trabalho em equipe. E é uma oportunidade para melhorar significativamente a sua proficiência em línguas estrangeiras, como o inglês e o espanhol.

Esperamos que o FAMUN 2024 seja uma experiência enriquecedora que lhe permita pensar para além da sua realidade sobre questões internacionais, bem como debater e propor soluções inovadoras para questões globais urgentes. Nós o(a) convidamos a agir agora e a fazer a diferença!

Atenciosamente,

Vitória Bugi

Diretora EM CSNU 1

Thaís Oliveira

Diretora EM CSNU 1

Vitória Camargo

Diretora EM CSNU 1

Mariana Lazaretti

Diretora EM CSNU 2

Leticia Toledo

Diretora EM CSNU 2

Yasmin Alves

Diretora EM CSNU 2





INTRODUÇÃO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), um dos seis principais órgãos da Organização das Nações Unidas¹ (ONU), foi estabelecido em 1945 e realizou sua sessão inaugural em janeiro de 1946, em Londres. Sua autoridade e funções estão delineadas nos Capítulos V, VI, VII e VIII da Carta da ONU, e seu mandato principal é manter a paz e a segurança internacionais, atuando em nome dos Estados-Membros da ONU, de acordo com seus propósitos e princípios (United Nations, 2024; United Nations Security Council, 2024).

O CSNU é composto por quinze membros: cinco permanentes² e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral da ONU (AGNU) para mandatos de dois anos. Além disso, o Conselho possui uma Presidência rotativa mensal, seguindo a ordem alfabética em inglês dos nomes dos Estados-Membros (United Nations Security Council, 2024).

Ao contrário da maioria dos órgãos da ONU, o CSNU não depende do consenso, mas sim da votação para adotar uma resolução. Cada membro do Conselho possui direito ao voto, sendo necessário pelo menos nove votos afirmativos, incluindo os votos dos membros permanentes, para adotar uma resolução. No entanto, os Estados-Membros têm a opção de se abster em votações, se assim desejarem. Adicionalmente, sob o Capítulo VII da Carta da ONU, as resoluções do CSNU são juridicamente vinculantes, e todos os 193 Estados-Membros da ONU concordam em aceitar e implementar as decisões do Conselho (United Nations, 2024; United Nations Security Council, 2024).

As preocupações iniciais sobre o tema Crianças e Conflitos Armados foram apresentadas à AGNU pelo Comitê sobre os Direitos da Criança em 1994, com a Resolução 48/157³ (United Nations General Assembly, 1994). A resolução expressou profunda preocupação com a situação das crianças em

¹ Os seis principais órgãos da ONU são a Assembleia Geral (AGNU), o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, o Secretariado e a Corte Internacional de Justiça (CIJ) (Nações Unidas, 2024).

² China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos (Nações Unidas, 2024).

³ O tópico foi inicialmente abordado sob um nome diferente: Proteção de crianças afetadas por conflitos armados (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1994).





conflitos armados ao redor do mundo e foi seguida pela nomeação de Graça Machel, então Ministra da Educação de Moçambique, como especialista para elaborar um relatório sobre o impacto que conflitos armados exercem em crianças. O relatório foi apresentado em 1996 à AGNU, com a recomendação de nomear um representante especial para Crianças e Conflitos Armados (Office of the Special Representative for Children and Armed Conflict, 2023).

Essa nomeação foi realizada com a resolução 51/77, em 1997, que também criou o mandato do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (United Nations General Assembly, 1997, p. 4-7). Em 1998, Portugal, presidente do CSNU na época, fez uma Declaração Presidencial após o primeiro debate sobre o tema, reconhecendo a importância do mandato e apoiando-o (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1998).

Em 1999, o CSNU adotou sua primeira resolução sobre Crianças e Conflito Armado (S/RES/1261), que condenou e considerou o recrutamento e o uso de crianças como soldados em conflitos armados como crimes de guerra. Além disso, a resolução identificou seis graves violações cometidas contra crianças pelas partes em conflito: assassinato e mutilação, violência sexual, sequestro, ataques contra escolas e hospitais, bloqueio de acesso humanitário e recrutamento de crianças como soldados (United Nations Security Council, 1999, p. 1).

A resolução também expressou preocupação com o impacto prejudicial dos conflitos armados sobre as crianças e suas consequências de longo prazo para a paz duradoura, segurança e desenvolvimento. Também instou todas as partes em conflitos armados a garantir que a proteção, o bem-estar e os direitos das crianças fossem levados em consideração durante as negociações de paz. A resolução também apoiou o trabalho contínuo do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), bem como de outras instâncias da ONU que apoiam crianças afetadas por conflitos armados (United Nations Security Council, 1999, p. 1-4).





Desde então, o principal objetivo do Conselho, ao discutir Crianças e Conflitos Armados, tem sido o de salvaguardar o bem-estar e os direitos das crianças enquanto promove a paz e a segurança, seguindo seu mandato (Nações Unidas, 2022, p. 9-11). Nesse sentido, entre 2005 e 2021, o CSNU discutiu questões cruciais para a proteção das crianças e adotou resoluções que enfatizaram a importância do monitoramento por meio de mecanismos governamentais e não-governamentais. Assim, a resolução 1612 (2005) trouxe avanços significativos com a criação do Mecanismo de Monitoramento e Apresentação de Relatórios (MRM, da sigla em inglês) e do Grupo de Trabalho sobre Crianças e Conflitos Armados, composto por Estados-Membros do CSNU (United Nations Security Council, 2005).

O MRM é responsável por coletar informações e dados sobre as graves violações cometidas contra crianças em conflitos armados por meio da cooperação entre governos, entidades da ONU e atores da sociedade civil. Os dados coletados são compilados em relatórios, que são recebidos e revisados pelo Grupo de Trabalho. Em seguida, o Grupo considera esses relatórios para tomar ações informadas para proteger efetivamente as crianças afetadas por conflitos armados (United Nations Security Council, 2005, p. 1-5).

Além disso, em 2009, com a resolução 1882, o CSNU continuou a discutir a importância de entidades que promovem os direitos das crianças, como o UNICEF e organizações não-governamentais (ONGs), para monitorar e relatar graves violações cometidas contra crianças (United Nations Security Council, 2009, p. 1-5).

Entre 2011 e 2014, as seis graves violações cometidas contra crianças em conflitos armados e a destruição da infraestrutura civil no Território Palestino Ocupado estiveram no centro das discussões do CSNU. Em 2011, com a resolução 1998, o Conselho condenou a destruição de escolas e hospitais, bem como o uso de tais estruturas para fins militares, o que é considerado uma grave violação (United Nations Security Council, 2011, p. 1-6). A necessidade de cooperação entre Estados e organizações regionais para combater o assassinato e a mutilação de crianças foi um tema recorrente nos debates de 2012, com a resolução 2068 (United Nations Security Council,





2012, p. 1-3). Em 2014, a proteção das escolas e a garantia do acesso ao direito à educação durante conflitos foram essenciais nas discussões do Conselho, levando à adoção da resolução 2143 (United Nations Security Council, 2014, p. 1-6).

Adotada em 2015, a resolução 2225 expressou a profunda preocupação do Conselho com o sequestro e a privação da liberdade das crianças, cometidas muitas vezes por grupos armados, as quais normalmente são seguidas de outros abusos e violações do direito internacional, podendo ser considerados crimes de guerra. Assim, a resolução instou Estados-Membros e organizações a lutarem pela libertação imediata dessas crianças de grupos armados e a adotarem medidas para sua reabilitação e reintegração (United Nations Security Council, 2015, p. 4).

Além disso, com a resolução 2427, adotada em 2018, o CSNU destacou a importância da diplomacia, mediação e paz na proteção das futuras gerações contra o flagelo da guerra, ao mesmo tempo em que buscou a reintegração e reabilitação das crianças afetadas. O CSNU também enfatizou a necessidade de financiamento de longo prazo para programas de saúde mental e psicossocial em contextos humanitários, para garantir que todas as crianças afetadas recebam apoio adequado e para que suas vivências sejam consideradas em atividades educativas (United Nations Security Council, 2018, p. 1).

Em 2021, o Conselho priorizou a educação por meio da resolução 2601, afirmando que ela deve ser uma prioridade fundamental para a comunidade internacional. Os Estados-Membros foram chamados a desenvolver medidas eficazes para prevenir ataques a escolas e seu uso como bases militares, bem como a garantir a segurança das escolas, de alunos(as) e das equipes administrativas, incentivando ações imediatas para reabilitar, reparar ou substituir as escolas atacadas (United Nations Security Council, 2021, p. 1-3).

No entanto, o CSNU não é o único órgão da ONU que discute a proteção dos direitos das crianças. Nesse sentido, existe uma robusta estrutura normativa de proteção dos direitos das crianças em duas áreas principais:





Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário⁴. Nesse sentido, é importante considerar certas convenções e protocolos, como a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança de 1989 e seus Protocolos Facultativos, bem como a Quarta Convenção de Genebra relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra (1949) e seus respectivos Protocolos Adicionais, para fornecer uma base sólida de conceitos já incorporados na jurisprudência internacional e eventos anteriores.

Em 1989, líderes globais se reuniram na sede da ONU, em Nova York, para adotar uma convenção em nome de todas as crianças, de forma a proteger e cumprir seus direitos irrevogáveis. A Convenção sobre os Direitos da Criança solidificou o entendimento de que as crianças não são posses de seus pais e que possuem direitos próprios. Nesse contexto, líderes mundiais demonstraram um compromisso histórico com o bem-estar das crianças em todo o mundo ao adotar tal Convenção (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2024).

Hoje em dia, a Convenção é o tratado de direitos humanos com maior número de ratificações⁵. Com isso, mais crianças passaram a receber a nutrição e a atenção médica de que precisam para sobreviver e crescer, e há medidas mais robustas para protegê-las do abuso e da exploração. Isso levou governos a alterarem leis e políticas domésticas e a investirem nessas áreas (United Nations Children’s Fund, 2024).

Os Protocolos Facultativos sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados complementam a Convenção sobre Direitos da Criança ao trazer novos acordos e definições, como a criminalização de atos sexuais contra crianças e o envolvimento de crianças em conflitos armados. Adotado

⁴ De acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2004, tradução nossa), “o direito internacional humanitário é um conjunto de regras que buscam, por razões humanitárias, limitar os efeitos dos conflitos armados. Ele protege pessoas que não estão participando das hostilidades e restringe os meios e métodos de guerra. O Direito Internacional Humanitário também é conhecido como o direito de guerra ou o direito dos conflitos armados”.

⁵ A Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificada por 196 nações, algumas das quais expressaram objeções ou reservas. Todos os membros da ONU, exceto os Estados Unidos, ratificaram ou reconheceram os direitos especificados para crianças com menos de dezoito anos ou abaixo da maioria de cada Estado (United Nations Children’s Fund, 2024).





em 2000 pela AGNU⁶, o Primeiro Protocolo entrou em vigor em julho de 2002 e visa interromper o recrutamento ilegal de crianças para fins militares, especificando uma idade mínima de recrutamento de dezoito anos. O Segundo Protocolo entrou em vigor em janeiro de 2002 e proíbe a venda de crianças, a pornografia infantil e a prostituição infantil (Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict, 2024).

Outros tratados importantes que fazem parte do Direito Internacional Humanitário e garantem a proteção de crianças durante conflitos armados são a IV Convenção de Genebra (IVCG)⁷ e seus Protocolos Adicionais de 1977⁸. A IV Convenção de Genebra trata da proteção de civis durante a guerra e, dada a vulnerabilidade especial das crianças, declarou disposições específicas sobre as obrigações dos Estados para com elas, como evacuação, estabelecimento de zonas especiais, assistência e cuidados, identificação, reunificação familiar e disposições sobre crianças desacompanhadas, educação, ambiente cultural e isenção da pena de morte (International Committee of the Red Cross, 2003, p. 1; 2014).

Além disso, a IVCG deixa claro que hospitais civis (ou seja, aqueles que demonstram sua natureza civil e se abstêm de usar suas instalações para fins que possam comprometer sua proteção) devem sempre ser respeitados e protegidos pelas partes envolvidas em conflitos armados e, sob nenhuma circunstância, devem ser alvo de ataques. Da mesma forma, enfatiza a importância de se proporcionar todas as medidas possíveis para a

⁶ Atualmente, o Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Menores em Conflitos Armados foi ratificado por 173 Estados. Sete Estados assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram, enquanto outros 17 ainda não o assinaram nem o ratificaram (Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados, 2024).

⁷ A Quarta Convenção de Genebra foi adotada em 1949, o mesmo ano em que a Primeira, a Segunda e a Terceira Convenções de Genebra foram revisadas e atualizadas. É por isso que todas as Convenções são frequentemente referidas como as Convenções de Genebra de 1949. No entanto, a Quarta Convenção de Genebra é especificamente relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra e inclui direitos específicos das crianças.

⁸ Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais (Protocolo I) e Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Não Internacionais (Protocolo II), adotados em 8 de junho de 1977.





continuidade dos estudos ou exploração de novas disciplinas, garantindo assim a educação de crianças e jovens (International Humanitarian Law Database, 2024 a, p. 175-176; p. 200).

Apesar da criação e adoção da IV Convenção de Genebra, houve um aumento contínuo no número de vítimas de conflitos armados não-internacionais (internos), o que demonstra a insuficiência da IVCG para proteger adequadamente as vítimas (International Humanitarian Law Databases, 2024 a). Nesse contexto, a adoção dos Protocolos Adicionais de 1977 foi considerada necessária para reforçar a proteção de vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo Adicional I) e de conflitos armados não-internacionais (Protocolo Adicional II), ao impor limites na condução de guerras (International Committee of the Red Cross, 2014; International Humanitarian Law Database, 2024 b).

Entre as vítimas que mais sofrem com conflitos armados estão as crianças, que enfrentam dificuldades físicas e psicológicas, além de participarem deles – um tópico que diferencia os Protocolos Adicionais I e II. Nesse sentido, o Protocolo Adicional I exige que os Estados tomem todas as medidas possíveis para evitar que crianças menores de quinze anos participem diretamente das hostilidades, proibindo expressamente seu recrutamento pelas forças armadas e incentivando as partes a priorizar o recrutamento entre aqueles com idade entre quinze e dezoito anos (Art. 77). O Protocolo Adicional II vai ainda mais longe, proibindo tanto o recrutamento quanto a participação – direta ou indireta – em hostilidades por crianças menores de quinze anos (Art. 4, inciso 3c) (International Committee of the Red Cross, 2003, p. 1-2).

A situação no Território Palestino Ocupado, que inclui a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, tem sido caracterizada por extrema violência há décadas, devido aos constantes ataques israelenses à infraestrutura civil, deslocamento forçado, destruição de hospitais e escolas, e à fome da população palestina. Esse ambiente é extremamente prejudicial para a população que vive ali, da qual 2,3 milhões é de crianças – cuja vida cotidiana tem sido marcada pela pobreza e insegurança, o que prejudica seu





desenvolvimento e faz com que sua necessidade de acesso à ajuda humanitária seja urgente (Save The Children, 2024).

Na Cisjordânia, casos de demolição de casas e deslocamento forçado impedem que as crianças vivam uma vida digna, com seus direitos humanos garantidos. Da mesma forma, os ataques militares em Gaza têm afetado crianças e não combatentes, violando o Direito Internacional Humanitário. Além da negação de ajuda humanitária, centenas de milhares de crianças estão morrendo de fome. Por isso, é importante que o CSNU discuta o tópico Crianças e Conflitos Armados com foco no Território Palestino Ocupado (Save The Children, 2024).

A ocorrência das seis graves violações cometidas contra crianças tem aumentado massivamente no Território Palestino Ocupado desde 7 de outubro de 2023, quando as hostilidades entre Israel e Hamas ganharam força. Nesse contexto, mais de 2,3 milhões de crianças estão sofrendo, mais de 13.800 foram mortas e mais de 12.009 foram feridas entre outubro de 2023 e maio de 2024. Além disso, 84% das instalações de saúde foram danificadas ou destruídas e 625.000 crianças estão fora da escola em Gaza, dado o colapso do já precário sistema educacional (Save the Children, 2024; United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in The Near East, 2024 c). Esse contexto representa uma tentativa de desumanizar palestinos, especialmente crianças, e constitui uma violação grave dos direitos humanos das crianças, previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e em seus Protocolos Opcionais, bem como da IVGC e seus Protocolos Adicionais.

Portanto, ao observar a situação das crianças no Território Palestino Ocupado, três desafios podem ser identificados. Em primeiro lugar, desde o início do conflito, houve um deslocamento forçado significativo de pessoas, o que foi impulsionado pelo bombardeio de infraestruturas básicas, como escolas, hospitais e residências (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024). Em segundo lugar, houve a interrupção do direito à educação, pois as instalações educacionais não são lugares seguros, devido a ataques e bombardeios. Finalmente, como outra consequência do conflito, as crianças





estão sofrendo severamente com a insegurança alimentar e a falta de água (Integrated Food Security Phase Classification, 2024).

A destruição da infraestrutura civil no Território Palestino Ocupado ocorre desde 2009, quando o exército israelense ocupou infraestruturas palestinas para uso governamental ou para demolição. Os palestinos têm sofrido desde então com a demolição de suas casas, hospitais e escolas, o que pode incluir bombardeios, desmantelamento, confisco ou fechamento de estruturas (ou partes de estruturas) pelo governo israelense. A situação tem piorado continuamente até os dias de hoje e atingiu seu auge devido ao conflito direto iniciado em outubro de 2023. Nesse sentido, de 5 de março de 2024 a maio de 2024, 10.528 estruturas próprias (como casas e lojas) foram demolidas na Cisjordânia, o que levou ao deslocamento forçado de pessoas (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 a).

Não ter um lugar seguro para viver coloca em sério risco o desenvolvimento das crianças, pois não há como ter uma vida segura, boa educação, saúde mental e perspectiva de futuro nesse contexto (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 a). A questão da destruição de hospitais também representa um problema grave, pois crianças estão morrendo devido à falta de acesso a tratamentos e medicamentos. Em 7 de abril de 2024, apenas alguns dos 36 hospitais regionais primários e apenas 8 dos 24 centros de saúde da Agência de Assistência e Obras das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) estavam operacionais, e aqueles que funcionavam tinham restrições significativas na oferta de serviços (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 d).

Adicionalmente, na última década, a Faixa de Gaza tem sofrido com um problema crônico de eletricidade, o que prejudicou as já frágeis condições de vida da população e afetou gravemente a disponibilidade de serviços essenciais, como saúde, água e saneamento (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2024 b). Desde setembro de 2020, os estoques de medicamentos essenciais estavam praticamente zerados, o que colocou em risco a vida dos mais vulneráveis, como pacientes





transplantados, de hemodiálise e de oncologia, e aproximadamente 13.000 cirurgias eletivas foram suspensas (World Health Organization, 2020).

Ademais, relatórios recentes do Secretário-geral indicaram um aumento nos ataques a escolas, obstruindo a educação de milhões de crianças em países em situações de conflito, como o Território Palestino Ocupado. Em junho de 2020, a ONU verificou 4 incidentes de uso militar de escolas palestinas por forças israelenses, juntamente com 242 outras interferências que prejudicaram o acesso das crianças palestinas à educação. Por exemplo, episódios com uso de gás lacrimogêneo, lançamento de granadas de som e disparos de munição real perto de escolas deixaram aproximadamente 48.000 crianças palestinas impossibilitadas de frequentar a escola (United Nations Security Council, 2020, p. 13).

Além disso, de acordo com o Relatório S/2023/363 sobre Crianças e Conflitos Armados de junho de 2023, houve um aumento de 112% nos ataques a escolas, especialmente no Território Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2023, p. 3). Todas as escolas da UNRWA situadas na Faixa de Gaza foram fechadas, privando mais de 300.000 crianças da educação. A maioria dessas escolas teve sua infraestrutura impactada e agora serve como abrigo. Além disso, as escolas da UNRWA na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental também foram atacadas. De acordo com o Cluster de Educação, pelo menos 782.000 estudantes foram afetados (United Nations Relief Agency and Work Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 a).

A fome também se tornou uma realidade no Território Palestino Ocupado, de acordo com o Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar (IPC, da sigla em inglês) para insegurança alimentar aguda. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 90% das crianças com menos de dois anos enfrentam severa pobreza alimentar em Gaza, consumindo, portanto, no máximo dois grupos alimentares no dia anterior. Considerando essas evidências, mais de 95% dos adultos reduziram seu consumo de alimentos para que seus filhos tivessem comida, o que reflete a realidade das crianças palestinas (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 b).





A restrição de acesso humanitário no Território Palestino Ocupado impede diretamente o acesso a suprimentos básicos de sobrevivência, como alimentos. Se o acesso fosse facilitado, o Programa Mundial de Alimentos (PMA) poderia rapidamente aumentar a oferta para fornecer alimentos suficientes para mais de 1 milhão de pessoas por mês; como exemplo, durante a breve pausa nos combates em novembro de 2023, as agências conseguiram dobrar os pontos de distribuição e trazer quatro vezes mais ajuda do que em uma semana média de conflito (World Food Programme, 2024).

Outro problema preocupante é a falta de produtos de higiene pessoal e saneamento, o que causa doenças e condições intensificadas pela ausência de acesso a tratamentos e hospitais. As crianças palestinas estão ficando ainda mais doentes e, sem possibilidades de tratamento, estão morrendo. Além disso, até 2022, mais de 97% da água em Gaza era considerada imprópria para consumo humano devido à contaminação. Em janeiro de 2024, a OMS relatou casos de diarreia afetando mais da metade das crianças menores de cinco anos devido à falta de saneamento básico (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 2022; 2024 c).

Portanto, considerando a situação catastrófica das crianças no Território Palestino Ocupado, os delegados do CSNU do FAMUN 2024 devem abordar três questões principais:

1. Considerando que a destruição de infraestrutura civil no Território Palestino Ocupado afeta não apenas escolas e hospitais, mas também instalações de tratamento de água, geração de energia e residências, como o CSNU pode garantir a proteção dessas instalações e o acesso das crianças a elas?
2. Como o CSNU pode garantir a não interrupção do direito à educação no Território Palestino Ocupado, visando não apenas proteger as instituições educacionais durante o conflito armado, mas também salvaguardar toda a estrutura de ensino, incluindo transporte de alunos e a disponibilidade de pessoal?





3. Como o CSNU pode agir para garantir o fluxo livre e ininterrupto de alimentos e água para as crianças e estimular a produção de alimentos dentro do Território Palestino Ocupado, dadas as atuais possibilidades agrícolas limitadas e a contaminação generalizada da água?

Referências

- INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). *Legal Protection of Children in Armed Conflict*. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2003. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/legal-protection-children-armed-conflict-factsheet>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- _____. The Geneva Conventions of 1949 and their Additional Protocols. *Site oficial do Comitê Internacional da Cruz Vermelha*, 1 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- _____. What is International Humanitarian Law? *Advisory Service on International Humanitarian Law*, julho de 2004. Disponível em: https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/what_is_ihl.pdf. Acesso em: 7 jun. 2024.
- INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION (IPC). Gaza Strip: Hostilities leave the entire population highly food insecure and at risk of Famine. *Website oficial Integrated Food security Phase Classification*, 2024. Disponível em: <https://www.ipcinfo.org/ipcinfo-website/alerts-archive/issue-94/en/>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW DATABASE (IHL). Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War. Geneva, 12 de agosto de 1949. *Website oficial International Humanitarian Law Database*, 2024 a. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/gciv-1949>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- _____. Protocol Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and relating to the Protection of Victims of Non-International Armed Conflicts (Protocol II), 8 de junho de 1977. *Website oficial International Humanitarian Law Database*, 2024 b. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/apii-1977>. Acesso em: 19 mai. 2024.
- OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Humanitarian Access Snapshot - Gaza Strip, 1-31 March 2024. *Website oficial do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 6 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/humanitarian-access-snapshot-gaza-strip-1-31-march-2024>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Human Rights Instrument: Convention of the Rights of the Child. *Website oficial do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos*, 2024. Disponível em:





- <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL FOR CHILDREN AND ARMED CONFLICT (OSRSG CAAC). Graça Machel and the Impact of Armed Conflict on Children. *Website oficial do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados*, 2023. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/about/the-mandate/mandate/the-machel-reports/>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- _____. Optional Protocol on the Involvement of Children in Armed Conflict. *Website oficial do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados*, 2024. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/tools-for-action/opac/>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- SAVE THE CHILDREN. Occupied Palestinian Territory. *Website oficial Save the Children*, 2024. Disponível em: <https://opt.savethechildren.net/#>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- UNITED NATIONS (UN). United Nations Charter. *Website oficial Nações Unidas*, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- _____. Study on the evolution of the Children and Armed Conflict mandate (1996-2021). *Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict*, 2022. Disponível em: <https://childrenandarmedconflict.un.org/wp-content/uploads/2022/01/Study-on-the-evolution-of-the-Children-and-Armed-Conflict-mandate-1996-2021.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Convention on the Rights of the Child. *Website oficial Fundo de Emergência das Nações Unidas para a Infância*, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/child-rights-convention>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (UNGA). *Resolution 48/157 – Protection of children affected by armed conflicts*. Adotada pela Assembleia Geral em sua 48ª sessão, 7 de março de 1994, A/RES/48/157. Disponível em: <https://www.undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F48%2F157&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- _____. *Resolution 51/77 – The rights of the child*. Adotada pela Assembleia Geral em sua 51ª sessão, 20 de fevereiro de 1997, A/RES/51/77. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/233153?v=pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). Reconnecting water, restoring lives. *Website oficial Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/reconnecting-water-restoring-lives>. Acesso em: 23 abr. 2024.





- _____. Data on demolition and displacement in the West Bank. *Website oficial Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 18 de abril de 2024 a. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/data/demolition>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- _____. Electricity in the Gaza Strip. *Website oficial Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 2024 b. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/page/gaza-strip-electricity-supply>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- _____. Today's top news: Occupied Palestinian Territory, Haiti. *Website oficial Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários*, 19 de abril de 2024 c. Disponível em: <https://www.unocha.org/news/todays-top-news-occupied-palestinian-territory-haiti>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- UNITED NATIONS RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST (UNRWA). Education day 2024: end to conflict is imperative for a return to learning in Palestine. *Website oficial Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 24 de janeiro de 2024 a. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/education-day-2024-end-conflict-imperative-return-learning-palestine>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- _____. Frontline heroes: the race against the clock to avert famine. *Website oficial Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 18 de março de 2024 b. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/features/unrwaworks-frontline-heroes-race-against-clock-avert-famine>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- _____. Situation report #99 on the situation in the Gaza strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Website oficial Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 4 de abril de 2024 c. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-99-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- _____. UNRWA Situation Report #100 on the situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Website oficial Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 9 de abril de 2024 d. Disponível em: https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-100-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem?_cf_chl_tk=YUr8pE3lTm3wR4BIQSmV60NMYSI4JZSeuWVyKkn8FJU-1713837197-0.0.1.1-1855. Acesso em: 23 abr. 2024.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). What is the Security Council? *Website oficial Conselho de Segurança*, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/what-security-council>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- _____. *Children and armed conflict. Report of the Secretary-General. Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children*, 9 de junho de 2020. Nova York, 9





- de junho de 2020, S/2020/525. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2020%2F525&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- _____. *Children and armed conflict. Report of the Secretary-General. Promotion and protection of the rights of children: promotion and protection of the rights of children*, 5 de junho de 2023. Nova York, 5 de junho de 2023, S/2023/363. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2F2023%2F363&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- _____. *Resolution 1261 - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 4037ª reunião, 25 de agosto de 1999, S/RES/1261. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/278324?v=pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- _____. *Resolution 1612 - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 5235ª reunião, 26 de julho de 2005, S/RES/1612. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1612\(2005\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1612(2005)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 19 abr. 2024.
- _____. *Resolution 1882 (2009) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 6176ª reunião, 4 de agosto de 2009, S/RES/1882. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1882\(2009\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1882(2009)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 abr. 2024.
- _____. *Resolution 1998 (2011) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 6581ª reunião, 12 de julho de 2011, S/RES/1998. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1998\(2011\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F1998(2011)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 mai. 2024.
- _____. *Resolution 2068 (2012) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 6838ª reunião, 19 de setembro de 2012, S/RES/2068. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2068\(2012\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2068(2012)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 mai. 2024.
- _____. *Resolution 2143 (2014) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7129ª reunião, 7 de março de 2014, S/RES/2143. Disponível em: [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2143\(2014\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2143(2014)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 abr. 2024.
- _____. *Resolution 2225 (2015) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 7466ª reunião, 18 de junho de 2015, S/RES/2225. Disponível em:





- [https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2225\(2015\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FRES%2F2225(2015)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False). Acesso em: 23 abr. 2024.
- _____. *Resolution 2427 (2018) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 8305ª reunião, 9 de julho de 2018, S/RES/2427. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2427.pdf. Acesso em: 26 mai. 2024.
- _____. *Resolution 2601 (2021) - Children and armed conflict*. Adotada pelo Conselho de Segurança em sua 8889ª reunião, 29 de outubro de 2021, S/RES/2601. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2601.pdf. Acesso em: 26 mai. 2024.
- _____. *Statement by the President of the Security Council*. Realizado na sede, Nova Iorque, 19 de junho de 1998, S/PRST/1998/18. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPRST%2F1998%2F18&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). *Hunger in Gaza: Famine findings a 'dark mark' on the world, says WFP Palestine country director*. *Website oficial Programa Mundial de Alimentos*, 18 de março de 2024. Disponível em: <https://www.wfp.org/stories/hunger-gaza-famine-findings-dark-mark-world-says-wfp-palestine-country-director>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report 47*. Jerusalem: Organização Mundial da Saúde, 2020. Disponível em: <https://who18.createsend.com/campaigns/reports/viewCampaign.aspx?d=j&c=99FA4938D049E3A8&ID=89ADFDDCAFDDB0EFF2540EF23F30FED&temp=False&tx=0&source=Report>. Acesso em: 23 abr. 2024.





REFERÊNCIAS DA ONU

Esta seção apresenta recursos importantes dos órgãos da ONU sobre Crianças e Conflitos Armados. Os relatórios anuais do Secretário-geral sobre o tema são documentos que fornecem informações atualizadas sobre a situação das crianças em todo o mundo, abrangendo especialmente as seis graves violações cometidas contra elas. As resoluções são os documentos que expressam as decisões do CSNU. Nesse sentido, cada documento será discutido com um resumo, juntamente com páginas e parágrafos com informações em destaque. Além disso, serão apresentados outros documentos relevantes preparados por agências e fundos da ONU. Por último, serão apresentados os websites oficiais do sistema da ONU que contêm informações, dados, relatórios e atualizações sobre Crianças e Conflitos Armados e a situação no Território Palestino Ocupado.

Relatórios do Secretário-geral

Relatório Anual do Secretário-geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2023

O Relatório Anual do Secretário-Geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2023 registrou preocupação com a escalada de violações contra os direitos das crianças, especialmente o aumento do número de mortos e mutilados em torno dos principais conflitos no mundo (p. 1). Na Palestina, o uso indevido da força pelo Estado de Israel foi destacado pelo Secretário-geral como um problema a ser resolvido (p. 12). Além disso, o número de crianças encontradas mortas em hospitais e escolas aumentou devido à crescente destruição desses edifícios (p. 11-13). A negação do acesso humanitário também foi descrita como um problema crítico e em constante escalada no Território Palestino Ocupado, principalmente devido ao aumento das tensões do conflito (p. 13). No entanto, o relatório apontava para uma melhoria na cooperação entre os Estados para promover a segurança das crianças, através da sua proteção e reintegração na sociedade (p. 2).





Relatório Anual do Secretário-geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2022

O Relatório Anual do Secretário-geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2022 abordou o aumento do número de crianças mortas e mutiladas, principalmente devido a operações militares e ataques aéreos, bem como ao rapto e ao recrutamento forçado (p. 3). O aumento dos ataques a infraestruturas civis, como hospitais e escolas, foi também salientado (p. 13). Além disso, o relatório constatou graves violações cometidas contra crianças na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental, na Faixa de Gaza e em Israel (p. 13-15). Estas violações incluíram detenções de crianças palestinas pelas forças de Israel, muitas vezes com relatos de maus-tratos, e o assassinato e mutilação de crianças, tanto pelas forças de Israel quanto por grupos armados palestinos (p. 13). A ONU verificou também restrições ao acesso humanitário por parte das forças de Israel e de grupos armados palestinos (p. 15).

Relatório Anual do Secretário-geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2021

O Relatório Anual do Secretário-Geral sobre Crianças e Conflitos Armados de 2021 discutiu o impacto da pandemia de COVID-19 na situação das crianças em zonas de conflito armado e as seis graves violações. O relatório afirma que a pandemia tornou as crianças mais vulneráveis a estas violações devido ao fechamento de escolas e às restrições hospitalares, limitando também o seu acesso a espaços seguros e a serviços de proteção (p. 3). Especificamente em relação a Israel e Palestina, as Nações Unidas verificaram um total de 1.031 violações graves cometidas pelas partes em conflito contra 343 crianças, de janeiro a dezembro de 2020 (p. 12). As violações mais frequentemente identificadas foram negação do acesso humanitário, detenção e mutilação de crianças. Embora tenha havido uma diminuição no número total de violações identificadas em comparação aos anos anteriores, o relatório destacou preocupações sobre os dados





recolhidos e o uso de força desproporcional pelas forças israelenses (p. 12-14).

Resoluções

Resolução 2601 (2021) - 29 de outubro de 2021 (S/RES/2601)

Nesta resolução, o CSNU sublinhou o compromisso de abordar o impacto generalizado de conflitos armados, incluindo a interrupção da educação e as consequências a longo prazo para a paz, a segurança e o desenvolvimento (parágrafo preambular 2). A resolução também reconheceu que os grupos armados utilizam cada vez mais as escolas para fins militares, o que aumenta as probabilidades de ataques militares direcionados (parágrafo preambular 9). Assim, o CSNU salientou que a educação deve ser uma prioridade fundamental para a comunidade internacional. A resolução condenou a utilização militar de escolas e apelou pela adoção de medidas para garantir o respeito pelo seu carácter civil (parágrafo 6). O CSNU também apelou pela reparação das escolas, de forma a restabelecer o acesso seguro das crianças e garantir o direito à educação (parágrafo 9). Destacou também a importância do apoio à saúde mental das crianças afetadas por conflitos e a necessidade de acesso equitativo à educação, especialmente tendo em conta a pandemia de COVID-19 (parágrafos 13 e 26). Por último, o CSNU sublinhou o papel da colaboração internacional na proteção da educação em zonas de conflito armado e reafirmou o seu empenho nesta questão (parágrafo 27).

Resolução 2427 (2018) - 09 de julho de 2018 (S/RES/2427)

Nesta resolução, o CSNU reconheceu a contribuição das organizações regionais na proteção e reintegração de crianças afetadas por conflitos armados e encorajou a continuidade da proteção das crianças (parágrafo operativo 11). O CSNU manifestou profunda preocupação com as violações do Direito Internacional Humanitário e com os abusos de Direitos Humanos cometidos por grupos armados não-estatais, reafirmando a importância de se lidar, através da sensibilização e da educação, com o recrutamento de





crianças para grupos armados (parágrafos operativos 17 e 18). O CSNU também condenou ataques a escolas e instou os Estados-Membros a tomarem medidas concretas para acabar com tais ataques (parágrafo operativo 16).

Resolução 2225 (2015) - 18 de junho de 2015 (S/RES/2225)

Embora o CSNU tenha reconhecido os progressos realizados na prevenção e resposta às violações cometidas contra crianças (parágrafo preambular 3), o órgão também se manteve, nesta resolução, preocupado com a falta de progresso em situações em que as partes não enfrentaram quaisquer consequências por violarem o Direito Internacional Humanitário e recordou a importância de se punir as partes responsáveis por crimes contra crianças (parágrafos preambulares 4, 5 e 17). O Conselho também reiterou que as crianças não devem ser privadas da sua liberdade e apoiou sua reintegração e a reabilitação, incluindo o acesso a cuidados de saúde, apoio psicológico e programas de educação (parágrafo preambular 18). O CSNU também manifestou profunda preocupação com os abusos e violações do direito internacional aplicável contra as crianças, tais como rapto, recrutamento como soldados, assassinato e mutilação e violência sexual (parágrafo operativo 12), reafirmando a importância do Mecanismo de Monitoramento (parágrafo operativo 9) e apelando para que os Estados-Membros protejam as crianças (parágrafo operativo 15).

Outras publicações

Relatório de Situação 108 da UNRWA sobre a situação na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental (13 a 19 de maio de 2024)

Esse relatório, organizado pela Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), apresenta uma visão geral da situação atual na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, incluindo o território de Jerusalém Oriental, e enfatiza como a UNRWA está atuando para combater o agravamento do conflito e providenciar assistência humanitária e proteção aos civis.





UNICEF: Relatório do Agravamento da Situação Humanitária No. 24 (18 de abril a 1 de maio de 2024)

O relatório do Fundo de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apresenta uma visão geral acerca da situação no Território Palestino Ocupado, enfatizando as necessidades humanitárias da população e a realidade das crianças. O relatório traz informações sobre as respostas e o financiamento do UNICEF para responder às necessidades da população afetada na Faixa de Gaza. Isso inclui iniciativas relacionadas à água, saneamento e higiene (p. 5), esforços para a proteção de crianças, programas educacionais (p. 5) e suporte à saúde, como a restauração de serviços de saúde primários, a partir de hospitais e centros de saúde primários (p. 3).

OMS: Relatório da Situação de Emergência, Edição 31 (7 de outubro de 2023 a 18 de maio de 2024)

Este relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) apresenta dados sobre cada região do Território Palestino Ocupado em relação a questões de saúde, fatalidades e lesões. Também apresenta informações sobre os centros de saúde, como dados de hospitais prejudicados ou que não estão operando (p. 1). Por fim, o relatório apresenta, na forma de gráficos, dados sobre doenças que afetam o Território Palestino Ocupado.

Sites oficiais

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

Este é o site oficial do Conselho de Segurança da ONU. Nele, você pode acessar qualquer tipo de documento do CSNU, como declarações à imprensa, resoluções, relatórios do Secretário-geral, cartas e discursos. Os documentos são separados por tópicos e ano: portanto, você pode pesquisar por “Crianças em Conflitos Armados” (“Children and Armed Conflict”) apertando as teclas “Ctrl+F” ou na barra de pesquisa “Search the UN”.





Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Este é o site oficial do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entidade da ONU designada para defender e garantir os direitos das crianças. Nele, é possível encontrar pesquisas, relatórios, dados e publicações do UNICEF, bem como informações sobre seu trabalho em todo o mundo. Para encontrar publicações sobre Crianças e Conflitos Armados, basta acessar a barra de pesquisa, digitar o tema e ser direcionado a todo o conteúdo disponível.

Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA)

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA) é um dos principais atores que fornece ajuda humanitária aos cidadãos palestinos afetados em todo o Território Palestino Ocupado. Seu site apresenta relatórios e dados importantes sobre a situação enfrentada no Território, além de notícias e atualizações.

Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)

Este é o site oficial do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH), a entidade mais importante da ONU com mandato para promover e proteger os direitos humanos para todos. No site do ACNUDH, é possível encontrar informações importantes sobre o trabalho do órgão no cumprimento de seu mandato, além de recursos como relatórios, notícias e declarações, inclusive aquelas que fazem referência ao Território Palestino Ocupado.

Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Crianças e Conflitos Armados (OSRSG-CAAC)

Este é o site oficial do Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados (OSRSG-CAAC), que é a entidade da ONU responsável pela proteção de crianças afetadas por





conflitos armados. Neste site, você poderá encontrar mais informações sobre o Escritório e seu mandato, bem como notícias, as últimas atividades, mensagens e como agir para a proteção das crianças afetadas por conflitos armados.

Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA)

A Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) é uma agência da ONU criada para defender e garantir os direitos humanos dos refugiados palestinos. Em seu site oficial, você encontrará comunicados de imprensa, declarações oficiais, relatórios de emergência, fotos e vídeos da UNRWA, bem como informações sobre a agência e seu trabalho. Pressionar as três barras no canto superior direito do site direcionará o leitor ao menu, que, por sua vez, levará aos artigos disponíveis.





RECURSOS EXTRAS

Esta seção inclui publicações e mídias de fontes não associadas às Nações Unidas. Todos os recursos extras abordam questões específicas a respeito da situação no Território Palestino Ocupado, com foco em crianças em conflitos armados.

Security Council Report

O Security Council Report opera de modo independente e não toma partido sobre as questões discutidas pelo CSNU, mas faz uma cobertura de todas as reuniões e discussões, sendo, portanto, uma fonte informativa. Seu website fornece atualizações sobre os assuntos discutidos pelo CSNU, com ênfase em reuniões formais e informais, documentos e negociações, tanto antigas quanto atuais. Ademais, o website também oferece informações detalhadas dos bastidores do tópico Crianças e Conflitos Armados.

Defense for Children International - Palestine

Defense for Children International (DCI) é uma organização que advoga pelos direitos das crianças palestinas no Território Palestino Ocupado. Desde 1991, a DCI-Palestine expôs graves violações de direitos humanos, representou crianças palestinas nas cortes militares de Israel e trabalhou para acabar com a prisão militar de crianças por parte de forças israelenses. Além disso, a organização trata de questões relacionadas ao recrutamento, às fatalidades e ferimentos de crianças.

Nascido em Gaza (2014)

“Nascido em Gaza” é um documentário imersivo focado na violência do conflito Israel-Palestina e seus efeitos nas crianças na Faixa de Gaza. O documentário acompanha a história de dez crianças que relatam como é seu cotidiano, após o horror da guerra em Gaza no verão de 2014. Todas as crianças destacam os desafios apresentados na Introdução deste Guia de Pesquisa – os ataques à infraestrutura civil, a interrupção do direito à





educação e a fome e a insegurança alimentar – e como isso afeta seus futuros.

Fauda (2015)

“Fauda” é uma série que apresenta os dois lados do conflito Israel-Palestina. Doron, comandante das Forças Especiais Israelenses, e seu time se encontram dentro do Território Palestino Ocupado, procurando por Abu-Ahmed, soldado do Hamas. Enquanto isso, Ahmed tenta escapar com sua família, em uma eterna luta contra o Estado de Israel. Essa série é importante porque destaca o conflito entre grupos armados palestinos e as forças israelenses, dando ênfase às precárias condições enfrentadas pelos palestinos, sobretudo pelas crianças.

Fotos: Israel’s war on Gaza’s children - Aljazeera (2023)

“A Guerra de Israel contra as Crianças de Gaza”, em tradução livre, apresenta uma galeria de fotos de crianças feridas e deslocadas internamente, destacando o impacto devastador do conflito sobre os mais jovens e mais vulneráveis. A exposição também fornece o número de crianças mortas e detalha as ações das forças israelenses que contribuem para o aumento da crise. Essa seleção de imagens é essencial para o debate, tendo em vista que ela dá ênfase à perspectiva humana sobre a vulnerabilidade e a precariedade enfrentada pelas crianças no Território Palestino Ocupado.





BASES DE DADOS

Esta seção apresenta três bases de dados com informações quantitativas e detalhadas a respeito da situação das crianças no Território Palestino Ocupado.

Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS)

O Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS) é uma organização governamental que visa desenvolver e fortalecer o sistema estatístico oficial da Palestina, baseada em fundamentos legais de organização de coleta de dados e posterior utilização para fins estatísticos. Na seção “Estatísticas”, é possível utilizar os filtros para acessar dados que demonstram o impacto do conflito armado no Território Palestino Ocupado em diferentes áreas, como na educação e na economia.

Humanitarian Data Exchange (HDX)

A Humanitarian Data Exchange (HDX) é uma plataforma de dados aberta, gerenciada pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), via seu Centre for Humanitarian Data. Inaugurada em 2014, a plataforma centraliza e disponibiliza dados importantes sobre crises humanitárias, oferecendo um repositório amplo que inclui estatísticas sobre populações afetadas, recursos disponíveis, necessidades humanitárias e outros indicadores relevantes. A HDX colabora com agências humanitárias, ONGs, governos e outros atores, promovendo transparência e o compartilhamento de informações essenciais para gestão de crises.

Statista

Statista é uma plataforma de estatísticas online que fornece dados e informações fornecidas por uma variedade de fontes confiáveis, como governos, relatórios de mercado, pesquisas de opinião e publicações acadêmicas, compilando-as em um só lugar. Essa é uma base de dados amplamente usada por pesquisadores, analistas, jornalistas e profissionais





de negócios para obtenção de conhecimento e tomada informada de decisão. No contexto de crianças e conflitos armados, o Statista aparece como uma ferramenta estratégica que traz informações tangíveis para visualizar o impacto do conflito na vida das crianças.





POSIÇÃO OFICIAL DOS ESTADOS MEMBROS

O CSNU é composto por quinze membros: cinco permanentes e dez eleitos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) para um mandato de dois anos. Os cinco membros permanentes são aqueles que venceram a Segunda Guerra Mundial: China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Os dez membros não permanentes são eleitos de acordo com um princípio de distribuição regional: cinco países devem vir da África e da Ásia (sendo um dos assentos reservado para um país árabe de qualquer um desses continentes), um da Europa Oriental, dois da América Latina e Caribe e dois da Europa Ocidental (United Nations, 2024).

O CSNU também pode incluir membros observadores em determinados tópicos, como Debates Abertos com o tema de Crianças e Conflitos Armados. Os membros observadores não têm direito a voto, mas podem fazer declarações e podem ser tanto países quanto organizações internacionais. Neste ano, nas simulações do FAMUN, os membros observadores serão África do Sul, Brasil, Palestina, UNICEF, UNRWA e Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Com isso em mente, esta seção apresenta a posição oficial dos membros do Conselho e dos observadores sobre Crianças e Conflitos Armados no Território Palestino Ocupado. Este é um ponto de partida para que os(as) delegados(as) iniciem a sua pesquisa, de forma a representar melhor a sua posição durante a simulação.

Membros Permanentes

China

A China afirma que a questão das crianças e conflitos armados deve ser abordada através da prevenção e da resolução de conflitos ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que se respeita a soberania dos países ao cooperar e oferecer apoio a eles (United Nations Security Council, 2015 e, p. 17-18). A China expressa sua preocupação com a situação das crianças no Território Palestino Ocupado, destacando a gravidade dos ataques a escolas e hospitais, o assassinato e a mutilação de crianças, o bloqueio de acesso humanitário e o recrutamento de crianças como soldados (United Nations





Security Council, 2022, p. 24-25). O país afirma que os países doadores devem auxiliar nas áreas de conflito no Oriente Médio e se opõe à redução da assistência humanitária como uma forma de manobra política, considerando um grave problema quando as intenções políticas prejudicam a ajuda humanitária às crianças. Da mesma forma, a China afirma que sanções unilaterais afetam diretamente a capacidade de ajudar crianças nessas áreas. A China indica que a resolução 2728 (2024), que estabeleceu um cessar-fogo na Faixa de Gaza, é a melhor maneira de fornecer ajuda humanitária para as crianças e possibilitar maior ajuda (Permanent Mission of the People's Republic of China to the UN, 2024).

França

A França apresenta grave preocupação com a situação de crianças em conflitos armados e as violações cometidas contra elas, enfatizando a necessidade urgente de combater seu sofrimento (United Nations Security Council, 2023 b, p. 10). A França acredita que o recrutamento de crianças como soldados é imperdoável, assim como o uso de crianças como reféns para garantir vantagens políticas, e destaca a importância da reintegração delas na sociedade. A França incentiva os esforços para proteger crianças deslocadas internamente e refugiadas. Em relação à situação no Território Palestino Ocupado, a França abordou a ilegalidade dos assentamentos israelenses, de acordo com o Direito Internacional, pois tais assentamentos criam circunstâncias para uma crise que poderia prejudicar ainda mais as crianças residentes (United Nations Security Council, 2017 a, p. 24-26). A França encoraja os esforços feitos pelo sistema ONU e o trabalho do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para ajudar crianças. O país também insta os outros Estados-Membros a proteger crianças que vivem em situações de conflito armado através da assinatura e ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança e do endosso dos





Compromissos de Paris⁹ (United Nations Security Council, 2019, p. 15-16; United Nations Security Council, 2022, p. 12-13).

Federação Russa

A Federação Russa está preocupada com o tema das crianças e dos conflitos armados e enfatiza a importância da Convenção sobre os Direitos da Criança, que garante os direitos à vida e ao desenvolvimento das crianças, o acesso à educação, aos cuidados de saúde e à proteção contra todas as formas de violência (United Nations Security Council, 2022, p. 21). A Rússia também está preocupada com a violência persistente no Território Palestino Ocupado, resultante dos ataques de Israel, os quais constantemente causam a morte de crianças e a destruição de instituições educacionais e hospitais (United Nations Security Council, 2024 g, p. 7). Além disso, a Rússia criticou a suspensão do financiamento da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), que é uma das principais agências que auxiliam as crianças afetadas pelo conflito, e também criticou as autoridades israelenses por negarem acesso humanitário às crianças e usarem a fome como instrumento de guerra (Permanent Mission of The Russian Federation to the United Nations, 2024). Como resultado, a Rússia enfatiza a necessidade de um diálogo diplomático entre as partes em conflito e a comunidade internacional, para que um ambiente mais sustentável possa ser estabelecido para as crianças (United Nations Security Council, 2024 i, p. 3-4).

Reino Unido

O Reino Unido está preocupado com a situação das crianças envolvidas em conflitos armados e insta todos os Estados-Membros a tomarem medidas para evitar as graves violações contra crianças, como violência sexual, assassinato, mutilação e seu recrutamento por grupos armados. O Reino

9 Para obter mais informações sobre os Princípios e Compromissos de Paris sobre Crianças Associadas às Forças Armadas ou Grupos Armados, consulte: <https://www.unicef.org/media/113631/file/UNI-Paris-Principles-and-Commitments-FAQ-21.pdf>.





Unido também condena os ataques tanto de Israel quanto do Hamas contra escolas e hospitais e a negação de ajuda humanitária às crianças (United Nations Security Council, 2024 e, p. 18-19). Mais especificamente, o Reino Unido expressou sua preocupação com a situação das crianças no Território Palestino Ocupado, condenando todos os atos de violência cometidos contra crianças, incluindo atos de terror, provocação e destruição, principalmente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (United Nations Security Council, 2024 f, p. 11). De acordo com o Reino Unido, a ajuda humanitária eficaz requer uma estratégia de integração que não só forneça alívio, mas que também envolva um firme apelo para que Israel priorize a segurança da infraestrutura e dos civis. O Reino Unido está preocupado com as crianças palestinas indefesas, que estão morrendo de fome, com a falta de infraestrutura e com operações médicas agonizantes. Além disso, o Reino Unido apoia duas ações para alcançar a paz e a estabilidade na região: um plano para revitalizar a Autoridade Palestina e um diálogo significativo entre as partes em conflito (United Nations Security Council, 2024 g, p. 17).

Estados Unidos

Os Estados Unidos consideram crucial proteger as crianças e defendem que essa agenda continue sendo uma prioridade para o CSNU em todo o seu trabalho, instando todos os Estados-Membros a criminalizar violações contra crianças em suas leis nacionais e a garantir que as missões de paz da ONU tenham capacidade de proteção infantil (United Nations Security Council, 2022, p. 12). Assegurar assistência vital para as crianças, com garantia de acesso à nutrição, água e cuidados de saúde, também é um ponto importante para os Estados Unidos, bem como um motivador para seu apoio ao mandato do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (United Nations Security Council, 2019, p. 14). O país também destaca como conflitos armados impactam as crianças, citando as violações e abusos que elas sofrem, a falta de acesso à educação e à assistência humanitária, e o ambiente inseguro em que vivem. Os Estados Unidos observam que a situação no Território Palestino Ocupado tem sido extremamente prejudicial para as crianças e





exigem que ambas as partes em conflito façam mais para proteger os civis e tomem todas as medidas necessárias para garantir o fluxo de assistência humanitária, especialmente para as crianças (United Nations Security Council, 2024 d, p. 18).

Membros Eleitos

Argélia

A Argélia condena veementemente o recrutamento contínuo de crianças como soldados e defende que essa questão deve ser um componente essencial de programas pós-conflito. O país acolhe a integração da proteção dos direitos das crianças nas missões de manutenção da paz e expressa seu apoio para que essa questão seja considerada durante as negociações de paz (United Nations Security Council, 2004, p. 9). A Argélia incentiva programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de crianças em cenários pós-conflito, além de condenar todos os tipos de exploração sexual contra elas (United Nations Security Council, 2005, p. 27-28). O país também solicita ação urgente do CSNU no Território Palestino Ocupado e enfatiza o sofrimento das crianças, além de condenar o uso da fome como arma de guerra pelo governo israelense. A Argélia apoia o mecanismo de monitoramento e vigilância, propondo medidas mais vinculativas para acabar com o uso de crianças como soldados, bem como um cessar-fogo para pôr fim à violência (United Nations Security Council, 2005, p. 27-28; 2024 b, p. 8).

Equador

Em relação ao tema Crianças e Conflitos Armados, o Equador afirma que é essencial garantir a proteção e o bem-estar das crianças e recursos básicos para elas. Além disso, o país condena o envolvimento de crianças em qualquer conflito armado. O Equador expressa extrema preocupação com o conflito no Território Palestino Ocupado, especialmente com relação aos direitos das crianças afetadas. Nesse sentido, o agravamento da situação aumenta a fome e o medo de escalada da violência, que pode afetar





desproporcionalmente as crianças, se o conflito se espalhar para outras regiões. O Equador afirma que as ações cometidas por Israel estão causando danos a civis, incluindo crianças. O país declara que exames realizados em abrigos e centros de saúde mostram que 16% das crianças com menos de dois anos estão desnutridas, com 3% sofrendo da forma mais severa de desnutrição devido ao difícil acesso de ajuda humanitária. O uso da fome como tática militar no norte de Gaza e os ataques à infraestrutura civil também são motivos de preocupação. Por essas razões, o Equador pede ao CSNU que tome ações mais eficazes em relação às violações cometidas contra as crianças no Território Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2024 b, p. 12; 2024 h, p. 16-17).

Guiana

A Guiana acredita que a qualidade de vida das crianças deve ser melhorada com proteção e cuidado, sendo necessário fortalecer sua educação, acesso à água potável, saneamento e higiene, além de reverter a pobreza infantil. O país concorda com a ação coletiva e está determinado a trabalhar com os Membros do Conselho para abordar a questão das crianças em conflitos armados (United Nations Children's Fund, 2020). Em relação à situação no Território Palestino Ocupado, a Guiana está extremamente preocupada com os relatos de tratamento cruel, desumano e degradante de crianças na região, e condena as seis violações graves cometidas contra elas. O país está particularmente alarmado com o alto número de crianças mortas e feridas, enfatizando a responsabilidade de ambas as partes em conflito de respeitar e cumprir plenamente o Direito Internacional Humanitário (Permanent Mission of the Cooperative Republic of Guyana to the United Nations, 2023; United Nations Security Council, 2024 h, p. 8-9). Portanto, a Guiana clama ao Conselho que tome medidas eficazes, como um cessar-fogo, para acabar de uma vez por todas com as violações dos direitos humanos das crianças no Território Palestino Ocupado (United Nations Security Council, 2024 b, p. 6-7).





Japão

O Japão condena qualquer atividade que coloque em risco a proteção das crianças e sua qualidade de vida, incluindo as preocupantes consequências dos ataques a hospitais e escolas, que não só roubam a vida das crianças, mas também violam seus direitos fundamentais à educação e à saúde (International Court of Justice, 2023 a, p. 3-5). O Japão também acredita que a ação contra minas terrestres contribui para prevenir graves violações dos direitos das crianças e a garantir uma vida sem medo. Portanto, o Japão tem apoiado a remoção de minas terrestres e a promoção da educação sobre seus riscos. O Japão também enfatiza a importância de um sistema de monitoramento para inspecionar se os direitos das crianças estão sendo violados, permitindo a avaliação dos impactos sobre as crianças e a implementação de medidas para protegê-las (United Nations Security Council, 2017, p. 18). O Japão acredita que a falta de acesso à educação contribui para a escalada de graves violações contra as crianças; por isso, o país tem feito várias contribuições para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para fornecer educação digital de emergência e refeições escolares para crianças. O Japão pede cooperação mútua entre os Estados-Membros e a ONU para remover os obstáculos que dificultam a capacidade das crianças de construir seu futuro (Permanent Mission of Japan to the United Nations, p. 1).

Malta

Malta está alarmada com o crescente número de graves violações cometidas contra crianças pelas forças israelenses no Território Palestino Ocupado, como assassinato e mutilação, ataques a escolas e hospitais e a negação de acesso humanitário (United Nations Security Council, 2023 a, p. 9). Malta reitera que a negação de assistência humanitária e o uso da fome como arma de guerra constituem crimes de guerra: após quase 7 meses de conflito, uma em cada três crianças está gravemente desnutrida em Gaza (United Nations Security Council, 2024 b, p. 10). Malta, como Presidente do Grupo de Trabalho sobre Crianças e Conflitos Armados, está colaborando ativamente com o Escritório do Representante Especial do Secretário-geral





para Crianças e Conflitos Armados na construção de capacidades para garantir a proteção infantil e aprofundar a análise de como as normas de gênero têm moldado a exposição das crianças a cada uma das graves violações em vários contextos (United Nations Security Council, 2023 b, p. 9-10). Malta pede apoio contínuo ao mandato do Representante Especial no Conselho para Crianças e Conflitos Armados e fará o possível para garantir um consenso para proteger as crianças em todas as situações, especialmente em conflitos armados (United Nations Security Council, 2023 c, p. 10).

Moçambique

Moçambique expressa extrema preocupação e condena a tendência contínua de violação dos direitos fundamentais das crianças, incluindo assassinato, mutilação, violência sexual, tortura psicológica e recrutamento de crianças-soldado (United Nations Security Council, 2023 b, p. 16-17). Nesse sentido, o país chama a atenção para a situação das crianças no Território Palestino Ocupado, destacando a crise humanitária em desenvolvimento, com mortes sem fim, deslocamento forçado e fome (United Nations Security Council, 2024 c, p. 16). Diante disso, Moçambique aponta que o corte de fundos da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) será prejudicial para toda a população, da qual mais da metade são crianças. O país afirma que as mortes não estão sendo causadas apenas por bombas e armas, mas também pela falta de alimentos, acesso à água potável, falta de eletricidade e a destruição de hospitais (United Nations Security Council, 2024 e, p. 8-9). Moçambique propõe o estabelecimento de condições que garantam acesso humanitário seguro, como o fortalecimento da cooperação transfronteiriça, aumento da conscientização pública e defesa do acesso humanitário desobstruído, garantindo que a assistência chegue às crianças de forma rápida e eficiente (United Nations Security Council, 2024 a, p. 7-8).





Coreia do Sul

A Coreia do Sul expressa grande preocupação com a violência contra crianças em conflitos armados e enfatiza a importância do acesso humanitário para todas as crianças, incluindo as detidas. Conforme declarado pelo país em 3 de abril de 2024, a negação de acesso humanitário merece atenção especial, não apenas pelos seus efeitos imediatos sobre as crianças, mas também pelas suas consequências de longo prazo, com impacto na saúde física e mental das crianças. A Coreia do Sul afirma que o Conselho deve manter uma posição de tolerância zero sobre isso, sem levar em consideração quaisquer questões geopolíticas. O país também destaca a importância de se responsabilizar os perpetradores das violações contra as crianças, bem como garantir sua reintegração na sociedade. Sobre a questão do Território Palestino Ocupado, a Coreia do Sul expressa apreensão com a morte de trabalhadores humanitários na Faixa de Gaza e reconhece a necessidade de melhorar as formas de monitorar a negação de acesso humanitário, uma vez que não existem diretrizes definidas e detalhadas para a coleta desses dados específicos (Ministry of Foreign Affairs, 2024; Permanent Mission of the Republic of Korea to the United Nations, 2024).

Serra Leoa

No que diz respeito ao tema das crianças e conflitos armados, Serra Leoa está extremamente preocupada com o elevado número de graves violações cometidas contra crianças em conflitos armados (United Nations Security Council, 2024 d, p. 16). Em particular, o país reconhece a dura realidade enfrentada por crianças inocentes no Território Palestino Ocupado e chama atenção especial para a falta de acesso a itens essenciais, como comida, água, eletricidade e suprimentos médicos. Serra Leoa reitera que as crianças no sul de Gaza podem acessar apenas 1,5 a 2 litros de água por dia, uma quantidade muito abaixo da necessidade padrão para a sua sobrevivência (United Nations Security Council, 2024 f, p. 14-15). Segundo o UNICEF, mais de 1 milhão de crianças em Gaza necessitam de apoio em saúde mental e psicossocial, e 17.000 estão desacompanhadas ou separadas dos





país (United Nations Children’s Fund, 2024 a). Portanto, Serra Leoa apela às partes para que respeitem e cumpram a ordem de 26 de janeiro de 2024 da Corte Internacional de Justiça para permitir a prestação de serviços básicos, que são tão desesperadamente necessários no Território Palestino Ocupado, para que o suporte necessário possa ser dado às crianças (United Nations Security Council, 2024 a, p. 15-16).

Eslovênia

A Eslovênia está muito preocupada com a situação dos direitos humanos das crianças em situações de conflito armado, apelando para o combate da violação dos direitos humanos das crianças por meio da cooperação entre os Estados (United Nations Security Council, 1998, p. 8). Defendendo o Direito Internacional e o Direito Internacional Humanitário, a Eslovênia enfatiza sua disposição em ajudar e fornecer apoio às crianças atualmente afetadas por conflitos armados, fornecendo alimentos, reabilitação psicológica e bem-estar físico (Permanent Mission of the Republic of Slovenia to the United Nations, 2024). No contexto do Território Palestino Ocupado, a Eslovênia enfatiza que o direito do povo palestino à autodeterminação e à proteção das crianças não pode ser negado. O país reitera que as partes em conflito estão violando os direitos básicos das crianças e apela para uma solução pacífica para melhorar as condições de vida (International Court of Justice, 2024, p. 28-30).

Suíça

A Suíça enfatiza sua profunda preocupação com o elevado número de graves violações cometidas contra crianças em conflitos armados, como ataques a escolas e hospitais, negação de acesso humanitário, recrutamento ou uso como soldados, assassinato e mutilação. Em relação à situação das crianças na Faixa de Gaza, o país está preocupado com o fato de que crianças estão morrendo por desnutrição aguda, em um contexto de pobreza estrutural causada por restrições que impedem a chegada de suprimentos (United Nations Security Council, 2024 a, p. 7). Além disso, a Suíça reitera a





prioridade que a proteção de civis deve ter para o CSNU (United Nations Security Council, 2023 d, p. 16-17) e expressa que garantir o direito à educação evitará graves violações dos direitos das crianças. Para isso, apela para que a Declaração de Escolas Seguras¹⁰ seja adotada por todos os Estados, destacando que começará a financiar e promover a educação em zonas de emergência (United Nations Security Council, 2022, p. 32; Global Coalition to Protect Education from Attack, 2024). A Suíça também chama a atenção para a insuficiência de informações sobre as trajetórias das crianças dentro e fora de grupos armados e oferece suporte para mudar isso através de pesquisa da Universidade das Nações Unidas para prevenir o recrutamento e uso de crianças como soldados (United Nations Security Council, 2017 a, p. 53). A Suíça também apoia a parceria *End Violence Against Children*, para que cada criança possa crescer protegida da violência (United Nations Security Council, 2018, p. 61; United Nations Security Council, 2023 a, p. 11).

Membros Observadores

Palestina

A Palestina destaca a importância dos direitos das crianças em situações de conflito armado e defende a punição das partes envolvidas na violação desses direitos, como está acontecendo atualmente no Território Palestino Ocupado (United Nations News, 2024 b). A Palestina afirma que esses conflitos destroem infraestrutura, como sistemas de água e saúde, levando a doenças e insegurança alimentar, que afetam principalmente as crianças (United Nations News, 2024 a). O conflito no Território Palestino Ocupado aumentou o deslocamento interno e a insegurança alimentar aguda, afetando 95% dos palestinos em Gaza e deixando milhares de feridos, incluindo 11.800 crianças (United Nations Children's Fund, 2024 b, p. 2).

¹⁰ A Declaração de Escolas Seguras é um acordo intergovernamental declarado pela primeira vez em 2015, através de um processo liderado pela Noruega e Argentina. O seu principal compromisso é reforçar a proteção da educação contra ataques e restringir a utilização de escolas e universidades para fins militares. A primeira conferência ocorreu na Noruega, em maio de 2015, como uma oportunidade para os países expressarem apoio à proteção de estudantes, escolas e universidades durante conflitos armados (Global Coalition to Protect Education from Attack, 2024).





Estatísticas alarmantes revelam que, na Faixa de Gaza, há 43.300 crianças desnutridas. Além disso, 625.000 estudantes estão privados de acesso à educação devido ao fechamento de escolas na região, negando às crianças o direito fundamental de aprender e de se desenvolver (United Nations Children’s Fund, 2024 c, p. 1). A Palestina critica a comunidade internacional por não proteger as crianças, conforme estabelecido no mandato do CSNU sobre Crianças e Conflitos Armados, e pede por proteção e assistência humanitária internacional (United Nations Security Council, 2023 b, p. 31). A Palestina também defende um cessar-fogo, crucial para proteger os palestinos, especialmente as crianças, prejudicadas pelas restrições e punições da força ocupante, especialmente o bloqueio ilegal da Faixa de Gaza (United Nations Security Council, 2024 d, p. 5).

África do Sul

A África do Sul destaca a importância de se debater o tópico de crianças e conflitos armados e incentiva que mais recursos sejam alocados para isso. Dentre as seis graves violações, o país expressa sua preocupação com o recrutamento de crianças, apontando que as crianças recrutadas são inicialmente vítimas e devem ser tratadas como tais, bem como reintegradas à sociedade. A África do Sul preocupa-se com o acesso das crianças à justiça e com a identificação dos perpetradores, argumentando que isso é crucial para o seu desenvolvimento psicológico e psicossocial posterior. O país incentiva a incorporação de perspectivas de gênero e a participação de mulheres como agentes ativos na resolução de conflitos, além de reconhecer a exposição que meninas enfrentam durante conflitos armados ao tráfico e abuso sexual (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2017; 2019). A África do Sul aponta para a solução das raízes dos conflitos, considerando esse debate essencial para a segurança das crianças (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2018) e, em 23 de dezembro de 2023, recorreu à Corte Internacional de Justiça contra o Estado de Israel, sob as alegações de envolvimento do país em atos genocidas contra o povo palestino em Gaza, violando suas obrigações sob a Convenção para a





Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (Permanent Mission of South Africa to the United Nations, 2018) (International Court of Justice, 2023).

Brasil

O Brasil manifestou grave preocupação com os dados do último Relatório Anual do Secretário-Geral da ONU sobre Crianças e Conflitos Armados, que identificou um aumento de 21% no número de graves violações cometidas contra crianças. Uma das causas desse aumento é o uso de armas explosivas em zonas altamente populosas. A população civil, incluindo as crianças, são alvos deliberados em conflitos armados devido ao não cumprimento das normas internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário. A negação de ajuda humanitária é, hoje, uma das mais graves violações de direito internacional e o Brasil defende que a sujeição de civis à fome como estratégia militar é um crime grave (Ministério das Relações Exteriores, 2024 a). Além disso, o Brasil reitera sua preocupação com a criminalização da assistência humanitária e relembra a resolução 2664 do Conselho de Segurança sobre esse tema. As tentativas de obstaculizar o trabalho das agências da ONU e outras organizações não governamentais é um grande equívoco e o exemplo da UNWRA reflete isso. Considerando que milhões de palestinos dependem de seu trabalho, o Brasil considera que é de extrema importância que a agência não seja desmantelada e enfraquecida (Ministério das Relações Exteriores, 2024 b). O Brasil manifesta sua solidariedade com o povo palestino e pede o fim das hostilidades, a liberdade dos reféns pelo Hamas, a entrada efetiva de ajuda humanitária em Gaza e o fim das operações militares israelenses contra civis no Território Palestino Ocupado (Ministério das Relações Exteriores, 2024 c).

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

O UNICEF está comprometido em esclarecer a real situação das crianças e jovens no Território Palestino Ocupado e tomar medidas para ajudar, as quais incluem o envio de pessoal humanitário especializado e comboios carregados de suprimentos, a arrecadação de fundos por meio de





campanhas publicitárias e a colaboração com países como o Egito, com sua célula do UNICEF na fronteira com a Faixa de Gaza, responsável por coordenar as operações logísticas e humanitárias do UNICEF a partir dessa rota. Dados de abril de 2024 na área revelaram os seguintes problemas: altas taxas de desnutrição e insegurança alimentar, várias fontes de água impróprias para consumo, escolas parcial ou totalmente destruídas, e falta de produtos de higiene pessoal, especialmente para meninas, o que pode causar várias doenças (United Nations Children’s Fund, 2024 c, p. 1). No entanto, o UNICEF também enfrentou dificuldades na prestação de ajuda humanitária no Território Palestino Ocupado devido a ataques recorrentes ao seu pessoal e aos comboios da organização. Considerando a situação preocupante, o UNICEF pede um cessar-fogo entre as partes em conflito, acesso seguro e irrestrito à ajuda humanitária no Território, a preservação da infraestrutura civil local (incluindo escolas, hospitais, serviços de energia e água), a não violação dos direitos das crianças e a instalação de centros de saúde temporários para o atendimento de emergência das crianças (United Nations Children’s Fund, 2024 d, p. 2-3; p. 4-6; p. 7-8).

Agência das Nações Unidas de Assistência Aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA)

A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) está comprometida em fornecer serviços aos refugiados palestinos registrados no Oriente Próximo, tais como cuidados de saúde, serviços sociais e educação básica para as crianças, inclusive em tempos de conflito armado (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 c). No entanto, a UNRWA não tem conseguido prestar assistência aos refugiados plenamente; com os ataques recorrentes no Território Palestino Ocupado, a ajuda humanitária foi desestabilizada e muitas áreas, onde a agência normalmente trabalha, tiveram a assistência negada, especialmente na Faixa de Gaza. Além disso, a UNRWA tem enfrentado dificuldades no fornecimento de suprimentos essenciais e na rotação de funcionários humanitários devido às operações





militares em Rafah, e todos os abrigos localizados na região foram forçosamente esvaziados. Até junho de 2024, 193 funcionários da UNRWA foram mortos no conflito (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024 b). Assim, a UNRWA apela urgentemente aos países que suspenderam o seu financiamento para que reconsiderem a decisão, de forma a evitar a interrupção de sua capacidade de resposta humanitária. Além disso, a Agência clama pela passagem segura e sem entraves de abastecimentos essenciais, como combustível, alimentos, medicamentos, água e artigos de higiene para o Território Palestino Ocupado, argumentando que a continuidade da assistência humanitária é crucial para a sobrevivência das pessoas no Oriente Próximo e para manter a estabilidade regional (The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East, 2024; United Nations News, 2024).

Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV)

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é uma organização não governamental de caráter neutro, independente e imparcial, cujo mandato está prescrito nas Convenções de Genebra de 1949. Desse modo, o CICV auxilia pessoas diretamente afetadas por conflitos armados (International Committee of the Red Cross, 2024 c). O CICV atua em Israel e no Território Palestino Ocupado desde 1967 com o objetivo de promover o cumprimento do Direito Internacional Humanitário e o auxílio à população civil por meio de assistência humanitária. Um dos trabalhos do CICV é visitar pessoas detidas em prisões, tanto em Israel quanto na Palestina, com o propósito de manter os laços familiares através do Programe de Visita Familiar. Além disso, o CICV patrocina projetos no Território Palestino Ocupado para a melhoria do acesso da população a serviços básicos, como eletricidade, água e saneamento básico. Recentemente, o CICV abriu um hospital em Rafah para promover 12 mil consultas e 500 cirurgias. O hospital atingiu sua capacidade máxima devido aos constantes ataques e bombardeios no local. A preocupação maior é com as crianças, que sofreram ferimentos graves no último ataque a Al-Mwasi (International Committee of the Red Cross, 2024 b). Diante do conflito





em Gaza, o CICV apela às partes em conflito que cessem as hostilidades e garantam assistência humanitária aos civis. Como potência ocupante, Israel deve promover os serviços básicos necessários à população e a entrada livre de assistência humanitária (International Committee of the Red Cross, 2024 a).

Referências

- GLOBAL COALITION TO PROTECT EDUCATION FROM ATTACK (GCPEA). The Safe Schools Declaration. *Site oficial Global Coalition to Protect Education from Attack*, 2024. Disponível em: <https://ssd.protectingeducation.org>. Acesso em: 13 mai. 2024.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC). Gaza: A statement on Gaza and Israel from the president of the ICRC. In: *Website oficial International Committee of the Red Cross*, 09 de março de 2024 a. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/statement-gaza-and-israel-president-icrc>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- _____. Israel and the occupied territories. In: *Website oficial International Committee of the Red Cross*, 2024 b. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/where-we-work/israel-and-occupied-territories>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- _____. Gaza: Repeated mass casualty events put hospitals under severe strain. In: *Website oficial International Committee of the Red Cross*, 18 de julho de 2024 c. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/article/gaza-repeated-mass-casualty-events-put-hospitals-under-severe-strain>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (Request for advisory opinion submitted by the General Assembly of the United Nations)*. Haia: Corte Internacional de Justiça, 23 de fevereiro 2024. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/186/186-20240223-ora-02-00-bi.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- _____. *Legal Consequences arising from the Policies and Practices of Israel in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem (Request for an advisory opinion). Written Statement of Japan*. Japão: Corte Internacional de Justiça, 2023 a. Disponível em: <https://icj-cij.org/sites/default/files/case-related/186/186-20230725-wri-01-00-en.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.
- _____. *The Republic of South Africa institutes proceedings against the State of Israel and requests the Court to indicate provisional measures*. Haia: Corte Internacional de Justiça, 29 de dezembro de 2023 b. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/index.php/press-releases>. Acesso em: 16 jun. 2024.





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Statement by the Permanent Representative of Brazil to the United Nations, Ambassador Sérgio França Danese, at the UNSC Open Debate on Children and Armed Conflict - June 26th, 2024. In: *Website oficial Gov.br*, 26 de junho de 2024 a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/the-permanent-mission-of-brazil-to-the-un/statements/2024/june-2024/statement-by-the-permanent-representative-of-brazil-to-the-united-nations-ambassador-sergio-franca-danese-at-te-unsc-open-debate-on-children-and-a>. Acesso em: 18 jul. 2024.

_____. Statement by the Permanent Representative of Brazil to the United Nations, Ambassador Sérgio França Danese, during the UN Security Council open debate on the protection of civilians in armed conflict - May 21st, 2024. In: *Website oficial Gov.br*, 29 de maio de 2024 B. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/the-permanent-mission-of-brazil-to-the-un/statements/2024/may-2024/discurso-do-representante-permanente-embaxador-sergio-franca-danese-em-debate-aberto-do-conselho-de-seguranca-sobre-a-protecao-de-civis-em-conflit>. Acesso em: 18 jul. 2024.

_____. Statement of the Permanent Representative of Brazil to the United Nations, Ambassador Sérgio França Danese, on the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees (UNRWA) - March 4th, 2024. In: *Website oficial Gov.br*, 29 de maio de 2024 c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/the-permanent-mission-of-brazil-to-the-un/statements/2024/march-2024/discurso-do-representante-permanente-embaxador-sergio-franca-danese-em-reuniao-sobre-a-agencia-das-nacoes-unidas-de-assistencia-aos-refugiados-d>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (MOFA). UN Security Council Open VTC on Children and Armed Conflict (Amb. Cho Hyun). *Website oficial do Ministério de Relações Exteriores da República da Coreia*, 2024. Disponível em: https://www.mofa.go.kr/eng/brd/m_5461/view.do?seq=319381&srchFr=&%3BsrchTo=&%3BsrchWord=&%3BsrchTp=&%3Bmul%3Bitm%3Bseq=0&%3Bitm%3Bseq=1=0&%3Bitm%3Bseq=2=0&%3Bcompany_cd=&%3Bcompany_nm=&page=1&titleNm=. Acesso em: 28 mar. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA OF JAPAN). Statement by H.E. Mr. Tsuneo Nishida; Permanent Representative of Japan to the United Nations; Open Debate on Children and Armed Conflict; Security Council. *Website oficial do Ministério de Relações Exteriores do Japão*, 12 de julho de 2011. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/announce/speech/un2011/un_0712.html. Acesso em: 7 abril. 2024.

PERMANENT MISSION OF JAPAN TO THE UNITED NATIONS. Statement by H.E. Ambassador SHINO Mitsuko, Deputy Permanent Representative of Japan to the United Nations, at the Open Debate on Children and Armed Conflict. *Website oficial da Missão Permanente do Japão para*





- as Nações Unidas, 2023. Disponível em: https://www.un.emb-japan.go.jp/itpr_en/shino070523.html. Acesso em: 17 mai. 2024.
- PERMANENT MISSION OF SOUTH AFRICA TO THE UNITED NATIONS. Statement by Ambassador Jerry Matjila, Permanent Representative of the Republic of South Africa to the United Nations, at the United Nations Security Council Open Debate on Children and Armed Conflict. *Website oficial da Missão Permanente da África do Sul para as Nações Unidas*, 31 de outubro de 2017. Disponível em: https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements_2017/security_council_open_debate_on_children_and_armed_conflict_20171031.html. Acesso em: 16 jun. 2024.
- _____. Statement by Ambassador Jerry Matjila, Permanent Representative of South Africa to the United Nations, on the Open Debate on Children and Armed Conflict. *Website oficial da Missão Permanente da África do Sul para as Nações Unidas*, 12 de agosto de 2019. Disponível em: https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202019/UNSC_children_and_armed_conflict_20190802.html. Acesso em: 16 jun. 2024.
- _____. Statement by H.E. Mr. Jerry Matjila, Permanent Representative of the Republic of South Africa to the United Nations, at the United Nations Security Council Open Debate on Children and Armed Conflict: “Protecting Children Today Prevents Conflicts Tomorrow”. *Website oficial da Missão Permanente da África do Sul para as Nações Unidas*, 26 de julho de 2018. Disponível em: https://www.southafrica-usa.net/pmun/statements%202018/security_council_children_armed_conflict_20180709.html. Acesso em: 16 jun. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE COOPERATIVE REPUBLIC OF GUYANA TO THE UNITED NATIONS. Ambassador Rodrigues Birkett Delivers Remarks on the Situation in Gaza. *Website oficial da Missão Permanente da República Cooperativa da Guiana para as Nações Unidas*, 31 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.un.int/guyana/news/ambassador-rodrigues-birkett-delivers-remarks-situation-gaza-3>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA TO THE UN. Remarks by Ambassador Geng Shuang at the UN Security Council Briefing on Children and Armed Conflict. Held at Headquarters, New York. *Website oficial da Missão Permanente da República da China para as Nações Unidas*, 2024. Disponível em: http://un.china-mission.gov.cn/eng/chinaandun/securitycouncil/thematicissues/children_ac/202404/t20240404_11276480.htm. Acesso em: 8 abr. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF KOREA TO THE UNITED NATIONS. Statement at the Security Council Briefing on Children and Armed Conflict (CAAC) (Amb. Joonkook Hwang). *Website oficial da Ministério de Relações Exteriores da República da Coreia*, 2024. Disponível em: https://overseas.mofa.go.kr/un-en/brd/m_5063/view.do?seq=760389&page=1. Acesso em: 5 abr. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE REPUBLIC OF SLOVENIA TO THE UNITED NATIONS. Statement on Children and armed conflict. Held at Headquarters, New York. *Website oficial do Ministério de Relações*





- Europeias e Estrangeiras*, 2024. Disponível em: <https://buildingtrust.si/statement/statement-on-children-and-armed-conflict/>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- PERMANENT MISSION OF THE RUSSIAN FEDERATION TO THE UNITED NATIONS. Statement at the Security Council Briefing on Children and Armed Conflict (CAAC) (Amb. Vassily Nebenzia). Held at Headquarters, New York. *Website oficial do Ministério de Relações Exteriores da Federação Russa*, 2024. Disponível em: <https://russiaun.ru/en/news/1030424>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- UNITED NATIONS (UN). United Nations Charter. *Website oficial das Nações Unidas*, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Government of Guyana committed to protecting, promoting children's rights, President says. *Website oficial do Fundo das Nações Unidas para a Infância*, 4 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/guyanasuriname/press-releases/government-guyana-committed-protecting-promoting-childrens-rights-president-says>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- _____. Stories of loss and grief: At least 17,000 children are estimated to be unaccompanied or separated from their parents in the Gaza Strip. *Website oficial do Fundo das Nações Unidas para a Infância*, 2 de fevereiro de 2024 a. Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/stories-loss-and-grief-least-17000-children-are-estimated-be-unaccompanied-or>. Acesso em: 26 mai. 2024.
- _____. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 21*. Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024 b. Disponível em: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no21>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- _____. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 23*. Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024 c. Disponível em: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no23>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- _____. *UNICEF in the State of Palestine: Escalation Humanitarian Situation Report No. 24*. Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024 d. Disponível em: <https://www.unicef.org/sop/reports/unicef-state-palestine-escalation-humanitarian-situation-report-no24>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- UNITED NATIONS NEWS (UN News). Gaza: 'Double-digit' number of children reported killed overnight. *Website oficial United Nations News*, 26 de março de 2024 a. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2024/03/1147966>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- _____. ONU pede acesso seguro para ajuda humanitária em Gaza. *Website oficial United Nations News*, 2024 b. Disponível em:





- <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1825857>. Acesso em: 16 jun. 2024.
- _____. Security Council urged to ‘end the bloodshed’ in Gaza. *Website oficial United Nations News*, 8 de abril de 2024 c. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2024/04/1148356>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- UNITED NATION RELIEF AND WORKS AGENCY FOR PALESTINE REFUGEES IN THE NEAR EAST (UNRWA). UNRWA'S Lifesaving aid may end due to funding suspension. *Website oficial da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 2024 a. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements/unrwa's-lifesaving-aid-may-end-due-funding-suspension>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- _____. UNRWA Situation Report #113 on the Situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem. *Website oficial da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 2024 b. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-113-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem#mm-2>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- _____. Who we are. *Website oficial da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*, 2024 c. Disponível em: <https://www.unrwa.org/who-we-are>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC). *Children and armed conflict*. Summary record of the 3896th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na segunda-feira, 29 de junho de 1998, às 11:00. 29 de junho de 1998, S/PV.3896. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/256293?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 4898th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 20 de janeiro de 2004, às 10:00. 20 de janeiro de 2004, S/PV.4898. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/512633?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 5129th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 23 de fevereiro de 2005, às 10:00. 23 de fevereiro de 2005, S/PV.5129. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/542077?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 7466th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quinta-feira, 18 de junho de 2015, às 10:00. 18 de junho de 2015, S/PV.7466. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/795299?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8082nd meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 31 de outubro de 2017, às 10:00. 31 de outubro de 2017 a, S/PV.8082. Disponível em:





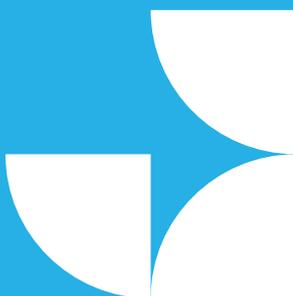
- http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_8082.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8805th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na segunda-feira, 9 de julho de 2018, às 10:00. 9 de julho de 2018, S/PV.8305. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1634090?v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 8591st meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na sexta-feira, 2 de agosto de 2019, às 10:15. 2 de agosto de 2019, S/PV.8591. Disponível em: <https://undocs.org/s/pv.8591>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9096th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 19 de julho de 2022, às 10:00. 19 de julho de 2022, S/PV.9096. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3981813?ln=fr&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9258th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na segunda-feira, 13 de fevereiro de 2023, às 10:00. 13 de fevereiro de 2023 a, S/PV.9258. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4003355?v=pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9366th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 5 de julho de 2023 b, às 10:00. 5 de julho de 2023, S/PV.9366. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4015046?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9366th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 5 de julho de 2023, às 15:00. 5 de julho de 2023 c, S/PV.9366 (Resumption 1). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4014910?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *Children and armed conflict*. Summary record of the 9594th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 3 de abril de 2024, às 11:00. 3 de abril de 2024 a, S/PV.9594. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4044446?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- _____. *Protection of civilians in armed conflict*. Summary record of the 9560th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 27 de fevereiro de 2024, às 15:00. 27 de fevereiro de 2024 b, S/PV.9560. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4039362?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question*. Summary record of the 8072nd meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 18 de outubro de 2017, às 10:00. 18 de outubro de 2017 b, S/PV.8072. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1310522?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.





- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9498th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na sexta-feira, 8 de dezembro de 2023, às 10:00. 8 de dezembro de 2023 d, S/PV.9498. Disponível em: <https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=S%2FPV.9498&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9531st meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na sexta-feira, 12 de janeiro de 2024, às 15:00. 12 de janeiro de 2024 c, S/PV.9531. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4034996?ln=en>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9534th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 23 de janeiro de 2024, às 14:00. 23 de janeiro de 2024 d, S/PV.9534. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4036129?ln=en>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9540th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quarta-feira, 31 de janeiro de 2024, às 11:00. 31 de janeiro de 2024 e, S/PV.9540. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4037057?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.
- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9552nd meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na terça-feira, 20 de fevereiro de 2024, às 10:00. 20 de fevereiro de 2024 f, S/PV.9552. Disponível em: <https://undocs.org/S/PV.9552>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9556th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na quinta-feira, 22 de fevereiro de 2024, às 10:20. 22 de fevereiro de 2024 g, S/PV.9556. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4039152?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9572nd meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na segunda-feira, 11 de março de 2024, às 15:00. 11 de março de 2024 h, S/PV.9572. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4041662?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- _____. *The situation in the Middle East, including the Palestinian question.* Summary record of the 9584th meeting. Realizada na sede, Nova Iorque, na sexta-feira, 22 de março de 2024, às 09:00. 22 de março de 2024 i, S/PV.9584. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4042257?ln=en&v=pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.





www.famun.com.br

 [famunfacamp](#)

 [famunfacamp](#)

 [facampfamun1](#)

 famun@facamp.com.br

